

ENI PUCCINELLI ORLANDI

INTERPRETAÇÃO

*Autoria, leitura e efeitos
do trabalho simbólico*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Orlandi, Eni Puccinelli, 1942-

Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho
simbólico / Eni Puccinelli Orlandi. - Petrópolis, RJ: Vozes,
1996

ISBN 85-326-1606-2

1. Análise do discurso 2. Ciência - Filosofia 3. Ciências
Sociais - Filosofia 4. Hermenêutica 5. Linguagem - Filoso-
fia I. Título.

95-5076

CDD-121.68

Índices para catálogo sistemático:

1. Interpretação: Epistemologia: Filosofia 121.68



VOZES

Petrópolis
1996

leiras (e elas são muitas) são espécies naturais. Como os índios.

A noção de "dado", como objeto encontrado naturalmente na língua, se reforça cientificamente pela sustentação em um quadro teórico de referência – o do Naturalismo – que é universal mas que ganha contornos específicos na nossa história de país colonizado.

São essas, em geral, as considerações que temos a fazer sobre a noção de dado. Como pudemos ver, essa noção não tem um valor operatório positivo, porque em análise de discurso não se trabalha com as evidências, mas com o processo de produção das evidências. O que, em última instância, significa dizer que a noção de dado é, ela própria, um efeito ideológico do qual a análise de discurso procura desconstruir a evidência, explicitando seus modos de produção. Para tal, como vimos, é a própria noção de real e a de interpretação que são colocadas em questão.

Redefinindo a relação do analista com o dado, com a interpretação, com o real, com a realidade, a noção de discurso promove confrontos teóricos que resultam na redefinição do político, do histórico, da ideologia, do social e do lingüístico.

É, finalmente, isso que define a necessidade de uma nova disciplina e a instituição de um novo objeto. É a noção de discurso, afinal, que vai tornar possível, na análise da linguagem, qualquer que seja seu domínio, as reflexões sobre o sujeito e a situação. Na abertura produzida pela análise de discurso, e em especial pela reflexão de M. Pêcheux, o discurso é uma noção fundadora.

4. ORDEM E ORGANIZAÇÃO NA LÍNGUA

Há uma diferença necessária entre *ordem* e *organização*, quando se passa a um campo de estudos da linguagem que reconhece a contribuição específica da noção de discurso. Essa diferença, basicamente, separa uma tomada logicista ou sociologista da linguagem (ou, em outros termos, empiricista ou idealista) de uma perspectiva discursiva, ou seja, aquela em que se reconhece a materialidade da língua e a da história.

Começaríamos, então, por dizer que a ordem para nós não é o ordenamento imposto, nem a organização enquanto tal, mas a forma material. Interessa ao analista não a classificação mas o funcionamento.

Em nosso caso, especialmente, no estudo da semântica discursiva, o que nos interessa é a ordem da língua, enquanto sistema significante material, e a da história, enquanto materialidade simbólica. Reconhecemos, desse modo, uma relação entre duas ordens: a da língua, tal como a enunciamos, e a do mundo para o homem, sob o modo da ordem institucional (social) tomada pela história. O lugar de observação é a ordem do discurso.

Parte-se do princípio de que há um real da língua e um real da história, e o trabalho do analista é justamente compreender a relação entre essas duas ordens de real.

Em nossos estudos, bem cedo nos ficou claro – na medida em que o analista de discurso tem uma postura

ordem + organiza-
ção

crítica em relação ao empirismo e a sua contraparte que é o formalismo – que não era a organização da língua que nos interessava (pensada na lingüística sob o modo da oposição ou da regra) mas a sua ordem: ordem simbólica, ordem do discurso.

Na análise, não é a relação entre, por exemplo, sujeito e predicado (SN e SV) que é relevante, mas o que essa organização sintática pode nos fazer compreender dos mecanismos de produção de sentidos (lingüístico-históricos) que aí estão funcionando em termos da ordem significativa.

Para nos instalarmos nesse campo da reflexão, dois deslocamentos se impõem: a) a passagem para a forma material, b) a necessidade de se considerar que a língua significa porque a história intervém, o que resulta em pensar que o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história.

Assim, o gesto de interpretação é o lugar em que se tem a relação do sujeito com a língua. Esta é a marca da “subjetivação”, o traço da relação da língua com a exterioridade.

Se a noção de estrutura nos permite transpor o limiar do conteudismo, ela não nos basta pois nos faz estacionar na idéia de organização, de arranjo, de combinatória. É preciso uma outra noção. Esta noção, a de materialidade, nos leva às fronteiras da língua e nos faz chegar à consideração da ordem simbólica, incluindo nela a história e a ideologia.

Foi, sem dúvida, a crítica feita ao conteudismo – enquanto perspectiva teórica (filosófica) que mantinha, apesar do estruturalismo (ou justamente por ele), a separação estanque entre forma/conteúdo – que nos abriu a possibilidade de: a) de um lado, transpor a noção sociologista de ideologia e, b) pensar não a oposição entre forma e con-

teúdo, mas trabalhar com a noção de forma material que se distingue da forma abstrata e considera, ao mesmo tempo, forma e conteúdo enquanto materialidade.

Em termos analíticos, isso resulta em dizer que a instância de *constituição* da linguagem precede a da *formulação*, a dos processos de produção determina a dos produtos, o fato de linguagem preside a consideração dos dados.

Mais do que isso, a relação entre estrutura e acontecimento, colocando a interpretação como parte irrecusável da relação do homem com a língua e com a história (M. Pêcheux, 1983), não a inscreve no entanto no campo da manipulação, da intenção, da mera vontade. Algo que está aquém e além do homem, essa relação não se dá no âmbito de seu controle. Essa é uma relação que o constitui enquanto tal.

Ao dizer que o inconsciente e a ideologia estão *materialmente ligados*, M. Pêcheux (1975) coloca a necessidade de uma noção – o discurso – em que isto possa ser considerado, instituindo ao mesmo tempo a especificidade do campo teórico estabelecido pela noção de materialidade. Se em Milner (1976) a materialidade da língua é a garantia de se ter acesso à sua ordem, Pêcheux mostrará a insuficiência desta postura se não se tiver em conta a materialidade da história – para Milner apenas um efeito ideológico. Assim procedendo, Pêcheux abre um espaço entre o formalismo e o sociologismo, duas reduções, a meu ver, que incidem sobre a língua, sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre o sujeito e o sentido. Ultrapassando desse modo a organização (regra e sistematicidade), podemos chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da história (equivoco, interpretação), ao mesmo tempo em que não pensamos a unidade em relação à variedade (organização) mas como referida à posição do sujeito (descentramento). Se algo pode nos esclarecer esta postura,

cuja que?

basta dizermos que, ao contrário da completude do sistema (abstrato), a ordem significativa é capaz de equívoco, de deslize, de falha, sem perder seu caráter de unidade, de totalidade.

A ideologia, aqui, não se define como conjunto de representações, nem muito menos como ocultação da realidade. Ela é uma prática significativa. Necessidade da interpretação, a ideologia não é consciente: ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique. O sujeito, por sua vez, é lugar historicamente (interdiscurso) constituído de significação.

Se a relação com o inconsciente é uma das dimensões do equívoco que constituem o sujeito, sua contraparte está em que o equívoco que toca a história (a necessidade de interpretação) é o que constitui a ideologia. O acesso a esse modo do equívoco – que é a ideologia – pode ser trabalhado pela noção de interpelação, constitutiva do sujeito. Faz parte do mecanismo elementar da ideologia, que é a interpelação do indivíduo em sujeito, o apagamento dessa opacidade que é a inscrição da língua na história para que ela signifique: o sujeito tem de inserir seu dizer no repetível (interdiscurso, memória discursiva) para que seja interpretável. Esse é também um dos aspectos da incompletude e da abertura do simbólico: esse dizer que é uma coisa aberta, mas dentro da história. No efeito da transparência, o sentido aparece como estando lá, evidente.

Nesse domínio discursivo, não se está no sujeito psicológico empiricamente coincidente consigo mesmo. O sujeito é uma "posição" entre outras. O modo pelo qual ele se constitui em sujeito, ou seja, o modo pelo qual ele se constitui enquanto posição não lhe é acessível. Esse é o efeito ideológico elementar. Correlatamente, a linguagem também não é transparente, nem o sentido evidente.

Se, de um lado, na língua, tem-se a forma empírica ("pata"), a forma abstrata (p/b) e a forma material (lingüístico-histórica, ou seja, discursiva), em relação ao sujeito tem-se, em contrapartida, o sujeito empírico (sociológico), o sujeito abstrato (ideal) e o que chamamos de a "posição" sujeito.

Ao se passar da instância da organização para a da ordem, se passa da oposição empírico/abstrato para a instância da forma material em que o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é origem de si. Expliquemo-nos: o que interessa ao analista de discurso não é a organização (forma empírica ou abstrata) mas a ordem do discurso (forma material) em que o sujeito se define pela sua relação com um sistema significativo investido de sentidos, sua corporeidade, sua espessura material, sua historicidade. É o sujeito significativo, o sujeito histórico (material). Esse sujeito que se define como "posição" é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (o interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva na relação com as demais.

Nessa perspectiva, o analista de discurso vai então trabalhar com os movimentos (gestos) de interpretação do sujeito (sua posição), na determinação da história, tomando o discurso como efeito de sentidos entre locutores. São, como dissemos, duas ordens que lhe interessam: a da língua e a da história, em sua relação. Que constituem, em seu conjunto e funcionamento, a *ordem do discurso*. Em sua materialidade.

Para ilustrar essa relação entre organização e ordem, e o que isto acarreta para a consideração do sujeito face à linguagem, vamos tomar a argumentação.

Começaríamos por dizer que a argumentação, em análise de discurso, é vista no processo histórico em que as posições dos sujeitos são constituídas. Desse modo, a

Muy bueno
VII
instância da formulação - em que entram as intenções - já está determinada pelo jogo das diferentes posições do sujeito em relação às formações discursivas, jogo ao qual ele não tem acesso direto. Ou seja, as filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não afeta as posições dos sujeitos.

Em outros termos, podemos dizer que, no nível da formulação, o sujeito já tem sua posição determinada e ele já está sob o efeito da ilusão subjetiva, funcionando ao nível imaginário, afetado pela vontade da verdade, pelas suas intenções, pelas evidências do sentido e pela ilusão referencial (a da literalidade).

Além disso, também os argumentos (por exemplo, falar a favor dos pobres) são produzidos pelos discursos vigentes, em suas relações historicamente (politicamente, ideologicamente) determinadas. Os argumentos derivam das relações de discursos. As intenções do sujeito não mudam nada em relação a isso. Elas terão, no entanto, um papel determinante a nível da formulação, que funciona pelas projeções imaginárias.

Em suma, nesse nível, o analista trabalha com a organização. Para atingir o que constitui a ordem significante, ele tem que considerar o que esta organização indica em relação ao real, seja da língua seja da história. Só assim atravessará a instância do imaginário para apreender, no funcionamento discursivo, o modo de constituição do sujeito e dos sentidos.

Esta passagem da organização para a ordem nem é direta, nem automática e se faz a partir de princípios teóricos fundamentais, como a da dispersão (do sujeito), o da não evidência (dos sentidos). Daí nossa proposta de se trabalhar com os gestos de interpretação.

A questão seria então a de compreender que relações de sentidos estão determinando a necessidade desses ges-

tos de interpretação? Que formações discursivas estão aí em jogo? Mesmo sem o saber, por que o sujeito imprime esta e não aquela direção à argumentação? De que natureza são seus argumentos?

Essas questões podem constituir um percurso para a análise, tomando-se então a organização da língua, a descrição dessa organização, como lugar de passagem possível para explicitar mecanismos de funcionamento discursivos que nos levam a compreender fatos da ordem do discurso.

Nas análises que apresentaremos mais adiante ficará mais clara essa distinção entre ordem e organização. De todo modo, é pela consideração da forma material - em que o simbólico e o histórico se articulam, os sentidos se produzindo com ou sem o controle do sujeito - que se pode atingir a ordem do discurso.